



Acervo Carlos Moore - Foto de Shawna Moore

# Lélia Gonzales

Raquel Barreto<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Historiadora formada pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia da Universidade Católica - Rio e atualmente doutoranda em História pela UFF. Desenvolveu no seu mestrado um estudo comparado sobre as trajetórias políticas e intelectuais de Angela Y. Davis e Lélia Gonzalez. No doutorado pesquisa o Partido dos Panteras Negras (1966-1982) e o seu projeto político.

## Seção Aruanda

*“A única saída que eu encontrei para superar estes problemas foi ser a primeira aluna da sala. É aquela história, “ela é pretinha mas é inteligente”<sup>1</sup>.*

A “pretinha inteligente” chamava-se Lélia González (1935-1997). Esta afirmação foi feita em entrevista para o jornal *O Pasquim* em 1986. Na ocasião, perguntaram-me como ela, com origens sociais populares, havia chegado aonde chegou. A resposta também revela uma das suas características mais singulares: a capacidade intelectual de articulação. Aí residiu o grande aporte dela para as lutas negras no Brasil, uma teorização original sobre a questão racial. A contribuição dela foi fundamental para rever a presença negra na formação do Brasil e, particularmente, o papel das mulheres negras. Como nos lembra Sueli Carneiro, “Lélia tinha uma coisa maravilhosa: ela conseguia positivar todas aquelas coisas com as quais nós éramos estigmatizadas”<sup>2</sup>.

A trajetória de Lélia foi ímpar para os padrões da época. Nasceu em uma grande família mineira com 18 irmãos e poucos recursos, sua mãe foi empregada doméstica e seu pai faleceu quando ela ainda era muito pequena. Lélia conseguiu, contrariando as expectativas da época para as mulheres negras, entre outras coisas, cursar três graduações (História e Geografia, e depois Filosofia), dirigir o Planetário da Gávea e ser professora em intuições de ensino superior conceituadas, como a PUC-Rio, por exemplo.

### A POLÍTICA

*“Eu vejo da seguinte maneira: é um espaço que a gente tem que conquistar [...]. Em razão disto é ir à luta e garantir os nossos espaços que, evidentemente, nunca nos foram concedidos.”<sup>3</sup>*

Sua trajetória reflete, de alguma maneira, as suas escolhas políticas. Para Lélia, fazer política significava construir tanto pela “base” quanto atuar no “topo”. Em outras palavras, não havia, para Lélia, hierarquia entre estas esferas, isto é, entre o trabalho nas bases dos movimentos sociais e a intervenção nas estruturas políticas oficiais. Por um lado, ela militou nos movimentos negro e feminista, no Partido dos Trabalhadores (PT) e, posteriormente, no Partido Democrático Trabalhista (PDT), assim como integrou o então recém-criado Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) entre 1985 e 1989. Por outro, interessava-se pela participação política institucional, tanto que, em 1982, candidatou-se pelo PT a deputada federal, mas ficou como primeira suplente. Em 1986, pelo PDT, concorreu a deputada estadual, no entanto, não foi eleita. Lélia considerava-se de esquerda – mas também era crítica, especialmente da perspectiva economicista que reduzia a questão negra a um problema meramente econômico-social. Ela dizia “não é uma mudança de sistema para o outro que vai determinar o desaparecimento da discriminação racial.”<sup>4</sup>

1 *O Pasquim* (871), 20-26 de março de 1986, p. 9.

2 Sueli Carneiro citada em depoimento a ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. História do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. p. 183-184

3 Entrevista publicada no Jornal do Conselho da Comunidade Negra de São Paulo, ano II, n. 5, abril-maio de 1986.

4 PEREIRA, Carlos Alberto e HOLLANDA, Heloisa Buarque (orgs). Patrulhas ideológicas. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980. p.204.

## Seção Aruanda

*“Não pensem que o MNU é Lélia González. Temos irmãos pobres, das favelas, e que estão atuando como militantes ativos. Estes nos ensinaram muito mais coisas do que nos papos intelectualizados que se vê por aí”<sup>5</sup>*

Sua atuação no movimento negro brasileiro foi singular, sendo uma das fundadoras do MNUCDR (Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, posteriormente, apenas MNU) em 1978. O MNUCDR foi a conjunção de diversas organizações negras espalhadas pelo Brasil cujas atividades começaram no início da década de 1970, sob a Ditadura Militar (durante a qual não era autorizado nenhum associativismo político nem estava permitido discutir o racismo). Ela esteve organicamente vinculada ao movimento negro até o final da década de 1980.

### A TEÓRICA

*“Ora na medida em nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. [...] Por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.”<sup>6</sup>*

Lélia, ao introduzir a Psicanálise para pensar o racismo no Brasil, ofereceu uma contribuição epistemológica original. A análise da autora evidenciou os aspectos subjetivos do fenômeno, descortinando as características peculiares do “racismo à brasileira” que se caracteriza pela sua própria negação. “Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira.”<sup>7</sup> Para Lélia, esta neurose se caracterizava pelo fato de que os brasileiros se consideravam brancos, ou de que desejavam sê-lo, em um país negro de raiz cultural africana. Além disso, era também sintomático que os brasileiros mantivessem o sentimento de pertencimento a um país branco e ocidental na mesma medida em que pensavam e definiam a sua própria cultura a partir das heranças e dos símbolos afros como o carnaval, o maracatu, o frevo, o candomblé, a festa de 31 de dezembro na praia. Lélia o exemplifica com o carnaval, um momento cristalizador da inversão e da subversão, esta festa cristã subvertida pela ordem da consciência quando os negros deixam de ser os marginais e se tornam símbolo da alegria. Os não negros dão a passagem para o mestre-escravo, porque o escravo deixou as suas marcas na cultura e na vida do seu opressor.

Lélia também estava atenta às características objetivas e materiais do racismo

5 González, Lélia. “Uma tentativa de unificar o movimento negro: eles, que são pretos, que se entendam” in Pasquim, 14/04/1979.

6 GONZÁLEZ, Lélia. Epígrafe de abertura do texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, in: *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*, Brasília, ANPOCS, 1983, p. 225.

7 Idem, p. 224.

## Seção Aruanda

(pesquisou e escreveu bastante a respeito)<sup>8</sup> que interferem em todo o tecido da organização social, econômica e política do país. A autora salientava que as relações de classe também eram afetadas pelo racismo. Por isso, até os brancos pobres, sem os meios de produção, beneficiavam-se do privilégio de serem brancos com recompensas materiais ou simbólicas. “O que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, [...] baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação, etc.”<sup>9</sup>.

### O MITO E A MEMÓRIA

*“Havia uma aldeia. Um dia chegou a essa aldeia uma amazona de torço estampado de esperança, montada num cavalo negro como nossa ancestralidade.[...]”*

*O que ela queria, todo tempo, era passar para o povo da aldeia o entendimento daquilo que eles viam a seu redor. O tempo todo ela contava a perspicácia dos caminhos que outras tribos percorreram. Ela transmitia CONHECIMENTO.<sup>10</sup> ”*

É o movimento negro que mantém viva a memória de Lélia. Foram suas/seus contemporâneos e companheiros que transmitiram as histórias dela e sobre ela, que décadas depois chegaram a mim e me encantaram.

Lélia deveria ser uma referência obrigatória para todas as mulheres negras que refletem sobre a sua própria condição. Infelizmente, e por conta do próprio racismo e do sexismo, ela ainda é uma referência tímida no debate acadêmico e intelectual brasileiro. E realmente pouco lida.

Lélia foi para o Orun no dia 10 de julho de 1994. Nos últimos anos de vida, sua atuação política já não era tão intensa. Deu uma última entrevista ao Jornal do MNU em 1991. Na entrevista, fazia um balanço da sua militância e apontava com discernimento para as questões que deveriam ser pensadas pelo movimento negro para o futuro.

*“Temos que estabelecer tarefas dentro de um campo concreto e rapidinho desenvolver uma militância muito ativa junto às próprias comunidades negras espalhadas pelo Brasil. Porque não estamos mais naquele tempo (claro, quando for necessário, tudo bem) de só ficar fazendo manifestaçãozinha de rua, não. Temos que nos voltar para dentro do quilombo e nos organizarmos melhor no sentido de dar um instrumental para esses que vão chegar e vão continuar o nosso trabalho. Veja que isso é muito sério, em termos da nossa comunidade, essa ausência instrumental que lhe possibilite colocar em pé de igualdade com as populações não negras, que têm acesso extraordinário à informação.”<sup>11</sup>*

8 Há um conjunto de textos da autora da década de 1970 que tratam de aspectos mais estruturais do racismo brasileiro.

9 GONZÁLEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no VIII Encontro Nacional da Latin American Studies Association. Pittsburgh, Pensilvânia, USA, 5-7 abril, 1979, p.19 (mimeo).

10 Texto de Neia Daniel escrito em julho de 1994 e publicado in BAIRROS, Luiza “Lembrando Lélia Gonzalez”. In: WERNECK, Jurema et alli (org.). *O livro da saúde das mulheres negras – nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Criola/Pallas, 2000.

11 MNU Jornal, 19 (maio/junho/julho. 1991), p.8.